2017

Anexo ao Balanço e às Demostrações Financeiras 2017

Município de SEVER DO VOUGA

Índice

Introdução 1

8 Anexos às demonstrações financeiras (ponto 8 do POCAL) 2

8.1 Caraterização da entidade 2

8.1.1 Identificação 2

8.1.2 Legislação 2

8.1.3 Estrutura organizacional efetiva 3

8.1.4 Descrição sumária atividades 5

8.1.5 Órgão executivo 5

8.1.6 Organização contabilística 6

8.1.7 Outra informação relevante 6

8.2 Notas ao balanço e à demonstração de resultados 7

8.2.1 Disposições do POCAL derrogadas 7

8.2.2 Contas não comparáveis com exercícios anteriores 7

8.2.3 Critérios valorimétricos e métodos de cálculo 9

8.2.4 Cotações utilizadas para conversão em moeda portuguesa das operações registadas em contas incluídas no balanço e demonstração de resultados originariamente expressas em moeda estrangeira 9

8.2.5 Situações em que o resultado do exercício foi afetado 9

8.2.6 Comentário às contas 431 «Despesas de instalação» e 432 «Despesas de investigação e de desenvolvimento» 9

8.2.7 Movimentos ocorridos no imobilizado 9

8.2.8 Informação dos mapas desagregada 12

8.2.9 Indicação dos custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período. 12

8.2.10 Indicação dos diplomas legais nos termos dos quais se baseou a reavaliação dos bens do imobilizado. 12

8.2.11 Quadro das reavaliações 12

8.2.12 Informação sobre imobilizações: 12

8.2.13 Bens utilizados em regime de locação financeira 13

8.2.14 Bens do imobilizado que não foram possíveis de valorizar 13

8.2.15 Bens de domínio público que não são objeto de amortização 13

8.2.16 Entidades participadas 13

8.2.17 Títulos negociáveis 13

8.2.18 Outras aplicações financeiras..... 14

8.2.19 Indicação global, por categorias de bens, das diferenças, materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adaptados, e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado.. 14

8.2.20 Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do mercado..... 14

8.2.21 Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor. 14

8.2.22 Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço. 14

8.2.23 Valor global das dívidas ativas e passivas respeitantes ao pessoal da autarquia local. 14

8.2.24 Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com indicação dos direitos que conferem..... 14

8.2.25 Discriminação das dívidas incluídas na conta «Estado e outros entes públicos» em situação de mora. 15

8.2.26 Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança de acordo com o seguinte mapa..... 15

8.2.27 Provisões (desdobramento) 16

8.2.28 Fundo Patrimonial (Classe 5) - Variações 16
8.2.29 Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas 16
8.2.30 Demonstração da variação da produção 16
8.2.31 Demonstração dos resultados financeiros 17
8.2.32 Demonstração dos resultados extraordinários 17
8.3 Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução 18
8.3.1 Modificações do orçamento 18
8.3.2 PPI 18
8.3.3 Contratação administrativa 18
8.3.4 Transferências e subsídios 18
8.3.5 Aplicações em ativos de rendimento fixo e variável 19
8.3.6 Endividamento 19

Introdução

As notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados visam facultar informação adicional tendo em vista proporcionar um mais claro entendimento da informação financeira expressa naqueles documentos.

As Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2017 foram preparadas de acordo com o disposto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2002, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril e Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro. Foi igualmente considerado o disposto na Resolução n.º 4/2001, alterada pela Resolução n.º 26/2013 e na Resolução n.º 1/2018, todas do Tribunal de Contas.

As Demonstrações Financeiras apresentadas foram elaboradas de acordo com os critérios e princípios contabilísticos preconizados no POCAL.

As notas que a seguir se desenvolvem respeitam a sequência definida no ponto 8 do POCAL, servindo, adicionalmente, para explicar ou dar a compreender certos aspetos ou dados que as demonstrações financeiras não conferem ao utilizar destes documentos.

8 Anexos às demonstrações financeiras (ponto 8 do POCAL)

8.1 Caraterização da entidade

A informação de identificação e caracterização do **Município de Sever do Vouga**, encontra-se evidenciada no mapa síntese que acompanha a prestação de contas ao Tribunal de Contas, conforme consta do disposto na Resolução n.º 4/2001, alterada pela Resolução n.º 26/2013 e na Resolução n.º 1/2018, todas do Tribunal de Contas.

8.1.1 Identificação

O concelho de Sever do Vouga está situado no distrito de Aveiro e na NUT III – Baixo Vouga e NUT II - Centro, com uma população residente de 11 880 pessoas e área de 129,85 km^2. O concelho é composto por sete freguesias: União de Freguesias de Cedrim e Paradela, União de Freguesias de Silva Escura e Dornelas, e Freguesias de Couto de Esteves, de Pessegueiro do Vouga, de Rocas do Vouga, de Sever do Vouga, e de Talhadas.

O Município de Sever do Vouga é uma pessoa coletiva de direito público, com o Número de Identificação de Pessoa Coletiva 502 704 977, exercendo as competências conferidas pelo Regime Jurídico das Autarquias Locais, integrando a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.

A Camara Municipal é o órgão executivo, reunindo bimensalmente no Salão Nobre do Edifício dos Paços de Concelho, na quarta-feira da segunda e quarta semana de cada mês, sendo pública a sua primeira reunião.

As suas competências e regime jurídico de funcionamento encontram-se definidos no art.º 23º e seguintes do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O edifício dos Paços do Concelho situado na vila de Sever do Vouga e o Município de Sever do Vouga, com sede nesse edifício, têm o seguinte NIPC, contatos e endereço:

Endereço	Contatos	
Largo do Município 3740 – 262 Sever do Vouga NIPC 502 704 977	Telefone	234 555 566
	Correio eletrónico	cm.sever@cm-sever.pt

8.1.2 Legislação

- Lei das Autarquias Locais - Lei n.º 169/99, de 18/9 (alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/1);
- Regime Jurídico das Autarquias Locais - Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

- Regime Financeiro das Autarquias Locais – Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;
- POCAL - Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro (mais alterações[1]);
- Código do Procedimento Administrativo – Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de Janeiro.

8.1.3 Estrutura organizacional efetiva

8.1.3.1 Estrutura orgânica:

O modelo de estrutura orgânica e a estrutura nuclear foi aprovada na Sessão de 17/12/2010, sob proposta da Câmara Municipal aprovada na Reunião de 9/12/2010, com publicação feita no Diário da República 2ª Série, n.º 13, de 19/01/2011.

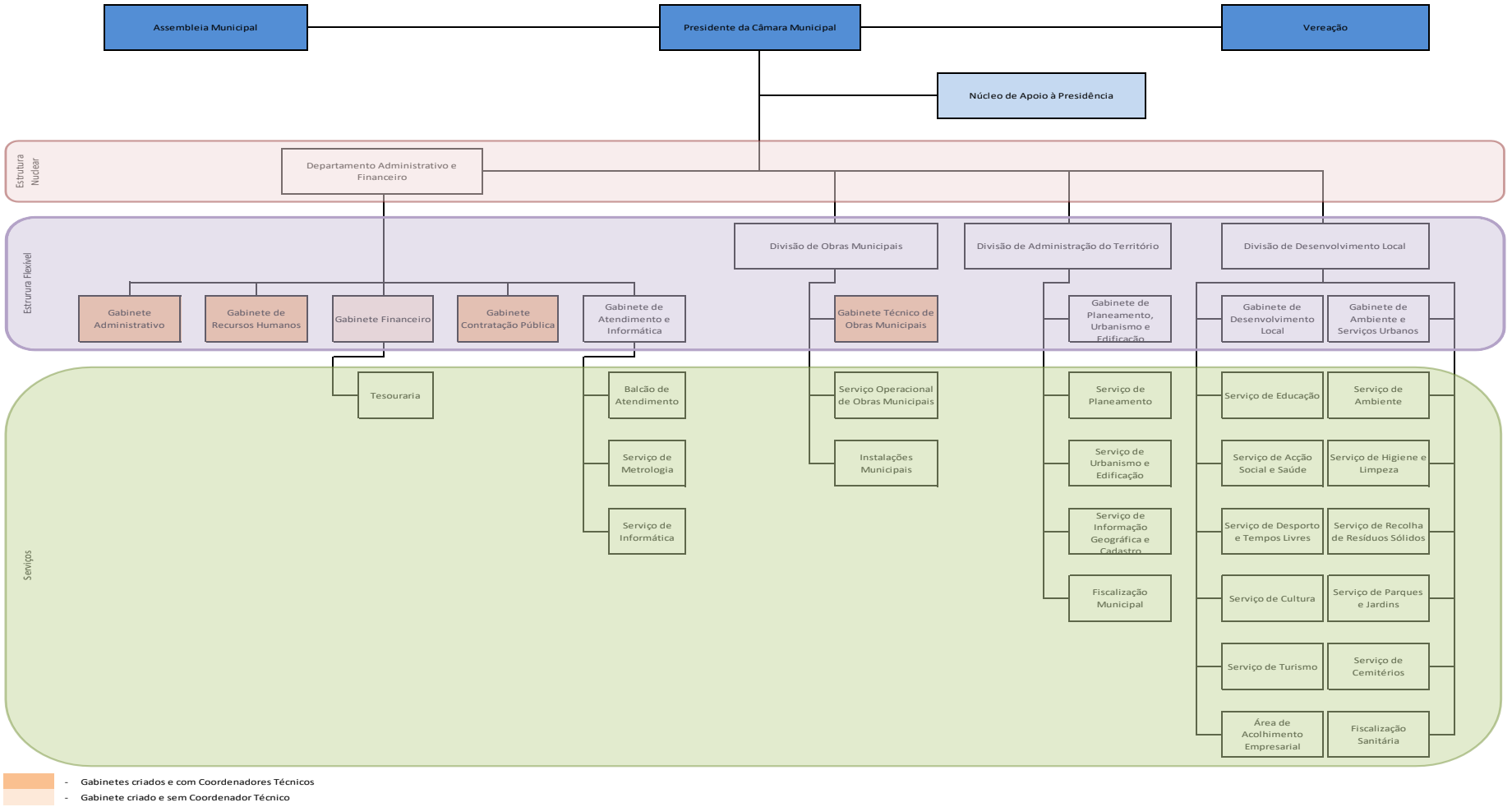
Na Reunião de 28/11/2012 foi submetida nova proposta de fixação do número máximo de unidades flexíveis e número máximo total de subunidades orgânicas que foi aprovada na Sessão de 14/12/2012 e cuja deliberação foi publicada em Diário da República 2ª Série, n.º 24, de 04/02/2013.

No mesmo Diário da República de 04/02/2013 foi publicada uma síntese da deliberação de 26/12/2012 sobre a criação das três unidades orgânicas flexíveis. Na mesma publicação consta o despacho do presidente da câmara municipal de 27/12/2012, através do qual criou as subunidades orgânicas e realizou a afetação dos trabalhadores pelas subunidades orgânicas criadas.

O "Regulamento de organização dos serviços municipais" foi publicado no Diário da República 2ª Série, n.º 149, de 05/08/2013.

1 Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro; Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Fevereiro; Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 4 de Maio; Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro

8.1.3.2 Organigrama



8.1.3.3 Mapa de pessoal

O mapa de pessoal foi aprovado em Reunião de 26/10/2016 e na Sessão de 09/12/2016.

8.1.4 Descrição sumária atividades

As atividades são as indicadas no ponto 8.1.5.2, com exceção da atribuição de abastecimento de água e saneamento básico.

8.1.5 Órgão executivo

8.1.5.1 Membros

Os membros pertencentes ao órgão "Câmara Municipal" e com responsabilidade no seguinte período foram:

8.1.5.1.1 Período de 01/01/2017 até 19/10/2017

Nome	Cargo	Regime
António José Martins Coutinho	Presidente	T.I.
José Manuel Barbosa de Almeida e Costa	Vice-Presidente	T.I.
Maria Elisabete Martins Henriques	Vereadora	T.I.
Raul Alberto da Conceição Duarte	Vereador	T.I.
Nuno Miguel Pereira Martins Ferreira	Vereador	---
Idalina Pereira Tavares	Vereadora	---
António Rodrigues Ferreira	Vereador	---

T.I. – Tempo inteiro; T.P. – Tempo parcial

8.1.5.1.2 Período de 20/10/2017 até 31/12/2017

Nome	Cargo	Regime
António José Martins Coutinho	Presidente	T.I.
José Manuel Barbosa de Almeida e Costa	Vice-Presidente	T.I.
Maria Elisabete Martins Henriques	Vereadora	T.I.
Raul Alberto da Conceição Duarte	Vereador	T.I.
Paulo César de Bastos Martins	Vereador	---
Pedro Amadeu Fernandes Lopes Lobo	Vereador	---
Ricardo Manuel Tavares Silva	Vereador	---

T.I. – Tempo inteiro; T.P. – Tempo parcial

8.1.5.2 Competências e delegação

Art.º 23º Lei n.º 75/2013	Competência delegada	Presidente	Vereador
a) Equipamento rural e urbano	Equipamento urbano	António Coutinho	
b) Energia	Energia e sustentabilidade		Elisabete Henriques
	Iluminação pública		Raul Duarte
c) Transportes e comunicações	Obras Municipais		Raul Duarte
	Mobilidade e Transportes		Elisabete Henriques
d) Educação	Educação	António Coutinho	
e) Património, cultura e ciência (+ Turismo)	Cultura e Turismo	António Coutinho	Almeida e Costa
	Património	António Coutinho	
f) Tempos livres e desporto (+ Juventude)	Desporto e Juventude		Almeida e Costa
	Associativismo e Coletividades		Almeida e Costa
g) Saúde	Saúde		Almeida e Costa
	Centro de Recolha Animal		Almeida e Costa
	Cemitério		Elisabete Henriques
h) Ação social	Ação Social	António Coutinho	
i) Habitação	Bairro Social	António Coutinho	
j) Proteção civil	Proteção Civil		Raul Duarte
k) Ambiente e saneamento básico	Ambiente (+ GTF)		Elisabete Henriques
l) Defesa do consumidor	--	--	--
m) Promoção do desenvolvimento	A.A.E.	António Coutinho	
	Mercados		Elisabete Henriques
	Zonas Industriais		Elisabete Henriques
n) Ordenamento do território e urbanismo	Administração do território		Elisabete Henriques
	Planeamento		Elisabete Henriques
	Urbanismo		Elisabete Henriques
o) Polícia municipal	--	--	--
p) Cooperação externa	--	--	--
q) Empreendedorismo e inovação		António Coutinho	
r) Modernização administrativa		António Coutinho	
s) Comunicação		António Coutinho	
t) Fiscalização		António Coutinho	
u) Contraordenações			Almeida e Costa

8.1.6 Organização contabilística

O sistema informático funciona de acordo com as normas definidas no POCAL e o *software* utilizado nos registos contabilísticos é o pertencente à empresa Medidata.

As operações contabilísticas encontram-se integradas, não havendo descentralização.

8.1.7 Outra informação relevante

8.1.7.1 Ações inspetivas

Situação não constatada.

8.2 Notas ao balanço e à demonstração de resultados

Nos pontos seguintes apresentamos a informação económica do ano de 2017, evidenciada nos principais documentos das demonstrações financeiras – Balanço e Demonstração de Resultados, para uma melhor explicação dos valores discriminados nos documentos principais que refletem o património do Município e as modificações ocorridas durante o ano económico.

Nos registos contabilísticos foram respeitados os princípios contabilísticos legalmente instituídos, os quais permitiram oferecer a imagem verdadeira e apropriada da situação financeira, dos resultados e da execução orçamental do Município.

Foram, também, respeitados os princípios orçamentais, tanto para a elaboração do orçamento, como nas diferentes modificações processadas no decorrer do ano económico.

Seguidamente, serão apresentadas as "Notas ao Balanço e às Demonstrações de Resultados", de acordo com o estabelecido no POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e respetivas alterações.

8.2.1 Disposições do POCAL derrogadas

O POCAL obriga à aplicação simultânea e coordenada de três sistemas contabilísticos: Orçamental, Patrimonial e de Custos. A contabilidade de custos encontra-se incipientemente implementada, revelando-se de aplicação difícil devido à escassez de recursos humanos, designadamente com formação em contabilidade.

No entanto, poderemos afirmar que a ausência da contabilidade de custos não teve efeitos no Balanço e na Demonstração de Resultados, pelo que a informação neles expressa, reflete a imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo, dos fundos próprios e dos resultados da autarquia.

Durante o exercício de 2017, foram tomados em consideração todos os princípios contabilísticos, com vista à necessidade das demonstrações financeiras darem uma imagem verdadeira e adequada do ativo, passivo e resultado do exercício desta autarquia.

8.2.2 Contas não comparáveis com exercícios anteriores

Ao serem comparados os valores finais do balanço do ano económico anterior com os dados que constam na coluna do ano n-1 das demonstrações financeiras deste ano económico de 2017, verificamos as seguintes divergências:

8.2.2.1 No Balanço

O total de 2016 era de € 67 021 413,98 e no deste ano económico de 2017 aparece com € 67 049 521, 80, isto é, com mais € 28 107,82. A diferença resulta da correção de valores a crédito e a débito, sem influência no resultado, dos valores indicados em baixo, que no balancete do ano de 2016 estavam somados nos grupos principais influenciando apenas um dos saldos.

Terceiro	Designação	Saldo final 2016		Saldo inicial 2017	
		Devedor	Credor	OD	OC
		26.8.9.1.1		26.8.1.1.9.1	26.8.1.2.9.1
10	CAIXA GERAL DE APOSENTACOES		17 767,59		17 767,59
31	ADSE-DIRECCAO GERAL PROTECCAO SOCIAL A FUNCIONARIOS/AGEI		2 116,44		2 116,44
34	ADRIMAG-ASSOC. DES. RURAL INTEGRADO SERRAS MONTEMURO, A	40 090,48		40 090,48	
306	MADEICOSTA-INDUSTRIA E DERIVADOS DE MADEIRAS	22,50		22,50	
1620	JSC - JOAO SANTOS & COELHO, SA	4 242,59		4 242,59	
1780	VOUGACLAS - COZINHAS, LDA.	24,00		24,00	
1929	RIKOR - TINTAS E VERNIZES, LDA	112,50		112,50	
3128	ARESTALFER, S.A	225,00		225,00	
4086	PEDRO CRUZ,EMPREITEIROS, S.A.	6 727,64		6 727,64	
4464	ERI ENGENHARIA, SA	5 251,92		5 251,92	
4475	BPN-BANCO PORTUGUES DE NEGOCIOS	29 542,17		29 542,17	
4688	MANUEL CRUZ, AGÊNCIA FUNERÁRIA, LDA.	24,00		24,00	
4941	INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.		8 223,79		8 223,79
5072	FERREIRA - CONSTRUÇÃO, S.A.	18 340,45		18 340,45	
5284	O2 - TRATAMENTO E LIMPEZAS AMBIENTAIS, S.A.	58 982,20		58 982,20	
Totais		**135 477,63**		**163 585,45**	**28 107,82**

Contas do Balanço		Balanço 2016 aprovado	Balanço 2016 reexpresso	Diferenças
213	Utentes C/C	77 509,48	110 735,13	33 225,65
262+263+267+268	Outros devedores	913 235,25	908 117,42	-5 117,83
Total do Ativo		67 021 413,98	67 049 521,80	28 107,82
24	Estado e outros entes públicos	-30 361,63	-29 050,37	1 311,26
262+263+267+268	Outros credores	-707 924,13	-171 870,96	536 053,17
222+2612+262	Garantias e Cauções	0,00	-565 472,25	-565 472,25
Total dos fundos próprios e do passivo		-67 021 413,98	-67 049 521,80	-28 107,82
Diferenças das reexpressões				0,00

8.2.2.2 Na Demonstração de resultados

Devido à alteração no classificador, verificaram-se alterações em algumas contas que originaram valores reexpressos diferentes em contas de prestação de serviços, de impostos e taxas e de transferência e subsídios obtidos.

Assim, verificam-se diferenças também entre os saldos finais de 2016 e os saldos iniciais de 2017 nas seguintes contas da Demonstração de Resultados.

Contas da Demonstração de Resultados		D.R. 2016 aprovado	D.R. 2016 reexpressa	Diferenças
712	Prestações de serviços	255 606,33	361 714,19	106 107,86
72	Impostos e taxas	1 586 573,08	1 571 498,42	-15 074,66
74	Transferências e subsídios obtidos	5 411 120,74	5 320 087,54	-91 033,20
Total das reexpresões		7 253 300,15	7 253 300,15	0,00

8.2.3 Critérios valorimétricos e métodos de cálculo

Foram adotados os seguintes critérios e métodos indicados no POCAL:

- para as Existências, o custo de aquisição;
- para as Imobilizações, o custo de aquisição ou o custo de produção, acrescidos dos respetivos encargos, de acordo com a situação em concreto;
- para as Amortizações, foi seguido o previsto na Portaria n.º 671/2000, que regulamenta o Cadastro e Inventário dos Bens do Estado.

8.2.4 Cotações utilizadas para conversão em moeda portuguesa das operações registadas em contas incluídas no balanço e demonstração de resultados originariamente expressas em moeda estrangeira

Situação não constatada.

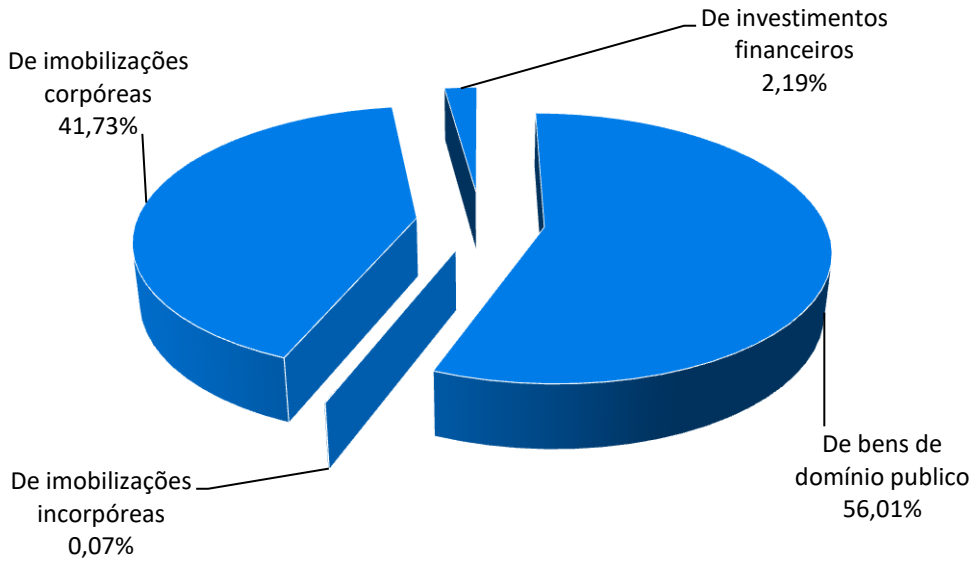
8.2.5 Situações em que o resultado do exercício foi afetado

A existência, ainda que bastante inferior em comparação com anos anteriores, de obras concluídas registadas na conta de razão 44 "Imobilizações em Curso" e que afetam positivamente o resultado do exercício pela inexistência de amortizações, no valor de euros 98 442,78

8.2.6 Comentário às contas 431 «Despesas de instalação» e 432 «Despesas de investigação e de desenvolvimento»

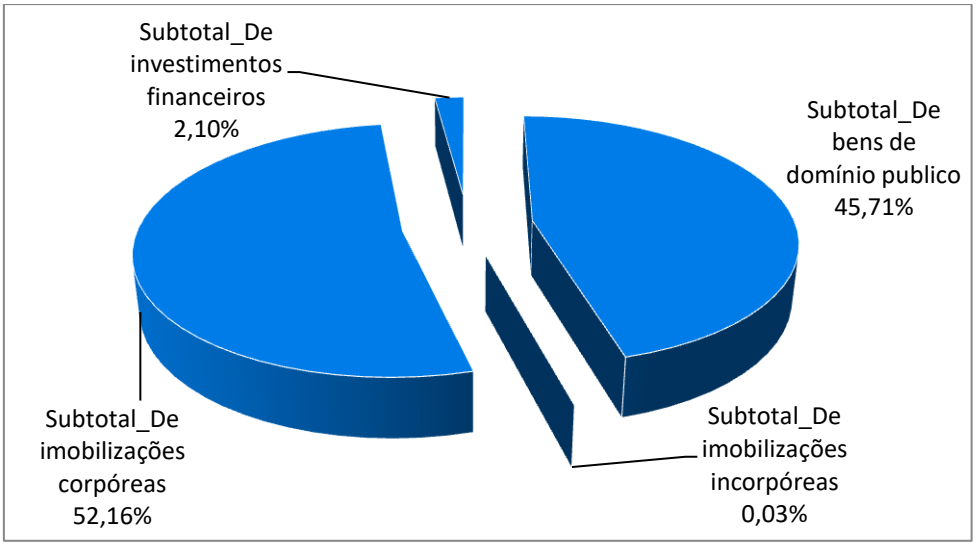
Situação não constatada.

8.2.7 Movimentos ocorridos no imobilizado



Ativo Bruto	Saldo Inicial	Reavaliações / Ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final
De bens de domínio publico						
Terrenos e recursos naturais	19 525 747,25		116 258,18		715,92	19 641 289,51
Edifícios	0,00					0,00
Outras construções e infraestruturas	25 974 788,87		412 068,72			26 386 857,59
Bens património histórico, artístico e cultural	56 250,22					56 250,22
Outros bens de domínio público	0,00					0,00
Imobilizações em curso	1 498 142,68		1 046 671,05		543 568,00	2 001 245,73
Ad. por conta de bens de domínio público	0,00					0,00
Subtotal_De bens de domínio publico	**47 054 929,02**	**0,00**	**1 574 997,95**	**0,00**	**544 283,92**	**48 085 643,05**
De imobilizações incorpóreas						
Despesas de instalação	0,00					0,00
Despesas de investigação e desenvolvimento	0,00					0,00
Propriedade industrial e outros direitos	59 325,64					59 325,64
Imobilizações em curso	0,00					0,00
Ad. por conta de imobilizações incorpóreas	0,00					0,00
Subtotal_De imobilizações incorpóreas	**59 325,64**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**59 325,64**
De imobilizações corpóreas						
Terrenos e recursos naturais	3 286 019,11		8 719,50		1 386,24	3 293 352,37
Edifícios e outras construções	24 778 653,35		51 930,36			24 830 583,71
Equipamento básico	2 085 998,94		47 132,34			2 133 131,28
Equipamento de transporte	1 413 268,43		6 357,28			1 419 625,71
Ferramentas e utensílios	95 173,36		9 638,98			104 812,34
Equipamento administrativo	967 515,64		69 663,50			1 037 179,14
Taras e vasilhame	0,00					0,00
Outras imobilizações corpóreas	2 172 655,75		115 975,22			2 288 630,97
Imobilizações em curso	346 080,96		398 521,42		32 583,39	712 018,99
Ad. por conta de imobilizações corpóreas	0,00					0,00
Subtotal_De imobilizações corpóreas	**35 145 365,54**	**0,00**	**707 938,60**	**0,00**	**33 969,63**	**35 819 334,51**
De investimentos financeiros						
Partes capital	41 600,01			4 985,01		36 615,00
Obrigações e títulos de participação	456 757,09					456 757,09
Inv. Imóveis - Terrenos e recursos naturais	275 805,31					275 805,31
Inv. Imóveis - Edifícios e outras construções	1 111 750,52					1 111 750,52
Outras aplicações financeiras	560,00					560,00
Imobilizações em curso	0,00					0,00
Ad. Por conta de investimentos financeiros	0,00					0,00
Subtotal_De investimentos financeiros	**1 886 472,93**	**0,00**	**0,00**	**4 985,01**	**0,00**	**1 881 487,92**
Totais	**84 146 093,13**	**0,00**	**2 282 936,55**	**4 985,01**	**578 253,55**	**85 845 791,12**

Amortizações	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De bens de domínio público				
Terrenos e recursos naturais	0,00			0,00
Edifícios	0,00			0,00
Outras construções e infraestruturas	10 145 881,95	1 194 588,49		11 340 470,44
Bens património histórico, artístico e cultural	0,00			0,00
Outros bens de domínio público	0,00			0,00
Subtotal_De bens de domínio publico	**10 145 881,95**	**1 194 588,49**	**0,00**	**11 340 470,44**
De imobilizações incorpóreas				
Despesas de instalação	0,00			0,00
Despesas de investigação	0,00			0,00
Propriedade industrial e outros direitos	6 759,26	967,86		7 727,12
Subtotal_De imobilizações incorpóreas	**6 759,26**	**967,86**	**0,00**	**7 727,12**
De imobilizações corpóreas				
Terrenos e recursos naturais	0,00			0,00
Edifícios e outras construções	6 926 085,39	833 451,37		7 759 536,76
Equipamento básico	1 316 493,57	157 782,81		1 474 276,38
Equipamento de transporte	1 076 421,71	57 456,82		1 133 878,53
Ferramentas e utensílios	85 040,16	4 076,89		89 117,05
Equipamento administrativo	844 660,97	73 749,21		918 410,18
Taras e vasilhame	0,00			0,00
Outras imobilizações corpóreas	1 408 821,82	156 558,97		1 565 380,79
Subtotal_De imobilizações corpóreas	**11 657 523,62**	**1 283 076,07**	**0,00**	**12 940 599,69**
De investimentos financeiros				
Partes de capital	0,00			0,00
Obrigações e títulos de participação	0,00			0,00
Inv. Imóveis - Terrenos e recursos naturais	0,00			0,00
Inv. Imóveis - Edifícios e outras construções	499 058,58	22 578,28		521 636,86
Outras aplicações financeiras	0,00			0,00
Subtotal_De investimentos financeiros	**499 058,58**	**22 578,28**	**0,00**	**521 636,86**
Totais	**22 309 223,41**	**2 501 210,70**	**0,00**	**24 810 434,11**



8.2.8 Informação dos mapas desagregada

A desagregação de cada uma das rubricas constantes dos mapas atrás apresentados e a respetiva informação encontra-se evidenciada no mapa síntese dos bens inventariados que juntar-se-á às demonstrações financeiras desta prestação de contas.

8.2.9 Indicação dos custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.

Situação não constatada.

8.2.10 Indicação dos diplomas legais nos termos dos quais se baseou a reavaliação dos bens do imobilizado.

Situação não constatada.

8.2.11 Quadro das reavaliações

Situação não constatada.

8.2.12 Informação sobre imobilizações:

8.2.12.1 Imobilizações em poder de terceiros

Encontra-se transferida a administração de bens às seguintes entidades:

- EDP – Rede de iluminação pública;
- ADRA – Reservatórios e rede de distribuição de água e de saneamento;
- Parque Escolar – Terreno onde foi construído o Pavilhão gimnodesportivo.

8.2.12.2 Imobilizações implantadas em propriedade alheia

Número de inventario	Descrição	Proprietário do bem	Data de início	Anos na posse do Município	Data de fim
19456	Campo de Jogos de Pessegueiro do Vouga	Juventude Académica Pessegueirense	28/03/2014	25	27/03/2039

8.2.12.3 Imobilizações reversíveis

Os bens mencionados no ponto 8.2.12.1 são reversíveis para o Município de Sever do Vouga no final da concessão.

8.2.12.4 Discriminação dos custos financeiros nelas capitalizados

Situação não constatada.

8.2.13 Bens utilizados em regime de locação financeira

Situação não constatada.

8.2.14 Bens do imobilizado que não foram possíveis de valorizar

Existem ainda bens imóveis que não se encontram valorizados e inventariados e que integram o domínio privado e público municipal.

No que se refere aos bens móveis estão registados todos os bens pertencentes à autarquia.

Quanto aos bens imóveis de domínio privado, estando a maior parte dos bens inventariados, faltam ainda alguns registos na Conservatória do Registo Predial.

Consideramos que ainda faltam realizar um levantamento, inventariação e avaliação dos bens do domínio público, de forma a atingir a sua globalidade.

8.2.15 Bens de domínio público que não são objeto de amortização

Os terrenos pertencentes ao domínio público não são objeto de amortização.

Não são ainda objeto de amortização os bens de domínio público referidos no ponto 8.2.14.

8.2.16 Entidades participadas

Entidades	Tipo	Sede	NIPC	Capital Social	Valor do Capital Detido	Quantidade Detida	% Participação	Resultado do Exercício
ERSUC - Empresa de Residuos Sólidos Urbanos de Coimbra, S.A.	Partes capital	Coimbra	503004405	4 075 000,00	25 540,00	5547	0,627%	900 881,00
WRC - WEB para a Região Centro, Agência de Desenvolvimento Regional, S.A.		Curia	506053628	1 375 750,00	2 500,00	500	0,182%	48,30
ADRA - Águas da Região de Aveiro, SA		Aveiro	509107630	17 500 000,00	8 575,00	1715	0,049%	1 094 745,33
Fundo de Apoio Municipal	Títulos de participação	Lisboa	513319182	650 000 000,00	456 757,09		0,070%	3 250 831,57
Totais de Partes de Capital					**36 615,00**			
Totais de Títulos de Participação					**456 757,09**			

No ano de 2011, em Assembleia Geral da ERSUC foi aprovado o aumento do capital social da empresa em € 4 425 000 por incorporação de reservas. Com essa operação manteve-se a percentagem de participação do município em 0,627%. Contudo, o número de ações aumentou 5 547, passando a deter 10 655 ações, com o valor nominal de € 5. O valor da participação atual é de € 53 275.

8.2.17 Títulos negociáveis

Situação não constatada.

8.2.18 Outras aplicações financeiras

Aplicações financeiras	Entidade bancária	Data da aplicação	Prazo	Valor aplicado
0777000253133 - n.º 1	Caixa Geral de Depósitos	09/08/2017	360	500 000,00
0777000253133 - n.º 2	Caixa Geral de Depósitos	25/09/2017	360	400 000,00
0777000253133 - n.º 3	Caixa Geral de Depósitos	18/10/2017	360	400 000,00
0777000253830	Caixa Geral de Depósitos	23/02/2017	360	200 000,00
Totais				**1 500 000,00**

Como associado o Município de Sever do Vouga detém na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Sever do Vouga o valor de € 600,00 em títulos de capital.

8.2.19 Indicação global, por categorias de bens, das diferenças, materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adaptados, e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado.

Situação não constatada.

8.2.20 Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do mercado.

Situação não constatada.

8.2.21 Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.

Situação não constatada.

8.2.22 Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.

Situação não constatada.

8.2.23 Valor global das dívidas ativas e passivas respeitantes ao pessoal da autarquia local.

Situação não constatada.

8.2.24 Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com indicação dos direitos que conferem.

Situação não constatada.

8.2.25 Discriminação das dívidas incluídas na conta «Estado e outros entes públicos» em situação de mora.

Situação não constatada.

8.2.26 Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança de acordo com o seguinte mapa.

Contas de Ordem	Saldo Inicial	Movimento Anual		Saldo Final
		Débitos	Créditos	
Garantias e Cauções	**564 941,37**	**51 426,09**	**84 349,27**	**597 864,55**
Caução de Empreitada	**551 195,88**	**51 426,09**	**84 349,27**	**584 119,06**
Urbiplantec, Lda	7 158,81	0,00	0,00	7 158,81
Construtora da Corga, S.A.	7 406,79	0,00	0,00	7 406,79
Aso-Construções, Lda	101 091,41	125,49	23 793,76	124 759,68
Construtora Paulista, Lda	33 474,94	12 704,66	9 261,99	30 032,27
Coutinho & Coutinho, Lda	1 362,87	0,00	0,00	1 362,87
Rosas Construtores, SA	26 859,88	0,00	7 492,68	34 352,56
Snsv - Soc. Nacional de Sinal. Vertical, Lda	1 794,00	0,00	0,00	1 794,00
Construções Modesto & Matos, S.A.	41 054,46	19 536,67	10 386,30	31 904,09
Manuel da Silva, Lda	3 332,36	0,00	0,00	3 332,36
Fernando L. Gaspar-Sinalização e Equipamentos Rodoviários	4 910,05	0,00	0,00	4 910,05
JSC - João Santos e Coelho, SA	3 199,52	442,20	107,11	2 864,43
Construções Carlos Pinho, Lda	29 171,23	0,00	0,00	29 171,23
Paviazeméis - Pavimentações de Azeméis, Lda	181 308,17	0,00	13 859,50	195 167,67
Sergifer, Lda	563,46	0,00	0,00	563,46
Imoserra - Investimentos Imobiliários, Lda	394,44	0,00	0,00	394,44
Construções Sousa & Matos, Lda	559,39	0,00	0,00	559,39
Mário Teixeira Soares	16 924,39	0,00	1 244,80	18 169,19
Vida Pereira & Gomes, Lda	7 509,00	0,00	0,00	7 509,00
Pedro Cruz, Empreiteiros, S.A.	14 135,36	0,00	0,00	14 135,36
Eri-Engenharia, S.A.	10 205,99	0,00	0,00	10 205,99
Irmãos Almeida Cabral, Lda	4 585,64	0,00	0,00	4 585,64
Eon Industrias Criativas, Lda	8 706,95	8 706,95	0,00	0,00
Diadema Construções, Lda	4 707,48	1 203,17	9 923,75	13 428,06
Narciso de Carvalho & Silva, Lda	1 450,00	0,00	0,00	1 450,00
Ferreira - Construções, SA	28 666,34	0,00	0,00	28 666,34
Glorybox, Lda	8 706,95	8 706,95	0,00	0,00
Construções Toninho, Unipessoal, Lda	380,00	0,00	0,00	380,00
Advantis Solutions - Tecnologias de Informação, Lda	1 576,00	0,00	0,00	1 576,00
NBastos, Lda	0,00	0,00	5 533,10	5 533,10
Safina, Lda	0,00	0,00	2 746,28	2 746,28
Caução/Garantia Fornecedor Corrente	**5 110,00**	**0,00**	**0,00**	**5 110,00**
Carlos Manuel Cabral Fidalgo	5 110,00	0,00	0,00	5 110,00
Caução para Licenciamento Sanitário	**1 524,13**	**0,00**	**0,00**	**1 524,13**
Caução de Água	**5 701,84**	**0,00**	**0,00**	**5 701,84**
Caução de Habitação	**199,52**	**0,00**	**0,00**	**199,52**
Caução de Arrendamento	**1 210,00**	**0,00**	**0,00**	**1 210,00**
Turnauga - Turismo e Lazer, Unipessoal, Lda	758,70	0,00	0,00	758,70
Graciela Denise Vasconcelos Oliveira	151,30	0,00	0,00	151,30
Sofia Margarida Alves Fernandes	300,00	0,00	0,00	300,00
Recibos para Cobrança	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Totais	**564 941,37**	**51 426,09**	**84 349,27**	**597 864,55**

8.2.27 Provisões (desdobramento)

No ponto 2.71 do POCAL, encontram-se indicadas as regras quanto à constituição de provisões. Este ano, existiu uma redução na provisão no valor de euros 22 138,36.

Conta Geral	Provisões	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
29.1.1	Provisões para cobrança duvidosa - Clientes c/c	26 586,96	15 450,90	0,00	42 037,86
29.1.2	Provisões para cobrança duvidosa - Contribuintes	10 878,37	636,75	0,00	11 515,12
29.1.3	Provisões para cobrança duvidosa - Utentes	98 796,93	35 856,60	0,00	134 653,53
29.1.9	Provisões para cobrança duvidosa - Outros	189 107,06	0,00	74 091,21	115 015,85
29.2	Provisões para riscos e encargos	0,00	0,00	0,00	0,00
39.2	Provisões para depreciação de mercadorias	14 151,15	22,32	13,72	14 159,75
49	Provisões para investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais		**339 520,47**	**51 966,57**	**74 104,93**	**317 382,11**

8.2.28 Fundo Patrimonial (Classe 5) - Variações

Conta Geral	Descrição	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
51	Património	21 783 209,23	0,00	0,00	21 783 209,23
57.1	Reservas Legais	1 283 148,65	34 629,47	0,00	1 317 778,12
59	Resultados Transitados	24 723 192,32	657 959,98	0,00	25 381 152,30
88	Resultado Líquido do Exercício	692 589,45	855 027,16	692 589,45	855 027,16
Totais		**48 482 139,65**	**1 547 616,61**	**692 589,45**	**49 337 166,81**

Existiu apenas o movimento referente à distribuição do resultado do exercício de 2016.

8.2.29 Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Custo da Mercadoria Vendida e da Matéria Consumida	32.9 - Mercadorias - Outras	36.3.1 - Comb. & Lubrificantes	36.3.2 - Ferramentas	36.3.3 - Higiene e limpeza	36.3.4 - Materiais de construção	36.3.5 - Material de economato	36.3.9 - Outros materiais	Totais
Existências Iniciais	165 670,07	17,91	435,17	277,36	3 984,94	3 510,13	6 110,45	180 006,03
Compras	2 920,00	1 340,39	5 750,65	928,18	26 063,66	3 937,20	34 558,61	75 498,69
Regularização	240,76	0,00	0,00	0,00	539,56	-315,20	1 230,06	1 695,18
Existências Finais	158 556,01	47,49	1 482,66	734,30	6 133,10	3 077,58	12 943,01	182 974,15
Custos do Exercício (CMVMC)	**10 274,82**	**1 310,81**	**4 703,16**	**471,24**	**24 455,06**	**4 054,55**	**28 956,11**	**74 225,75**

8.2.30 Demonstração da variação da produção

Situação não constatada.

8.2.31 Demonstração dos resultados financeiros

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS	
	N	N - 1
681 - JUROS SUPORTADOS	13.153,49	22.534,12
682 - PERDAS EM ENTIDADES PRATICIPADAS		
683 - AMORTIZAÇÕES DEINVESTIMEMTOS EM IMÓVEIS	22.578,28	22.578,30
684 - PROVISÕES PARA PLICAÇÕES FINANCEIRAS		
685 - DIFERENÇAS DE CÂMBIO DESFAVORÁVEIS		
687 - PERDAS NA ALIENAÇÃO DE APLICAÇÕES DE TESOURARIA		
688 - OUTROS CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	5.232,83	4.171,12
RESULTADOS FINANCEIROS	435.509,19	433.542,91
Total	476.473,79	482.826,45

PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	N	N - 1
781 - JUROS OBTIDOS	1.224,82	4.464,79
782 - GANHOS EM ENTIDADES PARTICIPADAS		
783 - RENDIMENTOS DE IMÓVEIS	463.423,24	453.204,01
784 - RENDIMENTOS DE PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL	11.825,73	25.157,65
785 - DIFERENCAS DE CAMBIO FAVORAVEIS		
786 - DESC. DE PTO. PAGAMENTO OBTIDOS		
787 - GANHOS NA ALIEN. APLIC. TESOURARIA		
788 - OUTROS PROV. E GANHOS FINANCEIROS		
Total	476.473,79	482.826,45

8.2.32 Demonstração dos resultados extraordinários

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS	
	N	N - 1
691 - TRANSFRÊNCIAS DE CAPTAL CONCEDIDAS	261.302,81	181.656,18
692 - DÍVIDAS INCOBRÁVEIS		
693 - PERDAS EM EXISTÊNCIAS	0,06	
694 - PERDAS EM IMOBILIZACÕES	5.310,90	3.247,23
695 - MULTAS E PENALIDADES		
696 - AUMENTOS AMORTIZ. PROVISÕES		
697 - CORRECÕES REL. EXERC. ANTERIORES	101.017,82	15.762,71
698 - OUTROS CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS	67.426,34	5.246,67
RESULTADOS EXTRAORDINARIOS	1.091.072,62	1.333.911,60
Total	1.526.130,55	1.539.824,39

PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	N	N - 1
791 - RESTITUIÇÃO DE IMPOSTOS		
792 - RECUPERAÇÃO DE DÍVIDAS		
793 - GANHOS EM EXISTÊNCIA	36.992,12	7.896,41
794 - GANHOS IMOBILIZAÇÕES	8.030,60	34.612,41
795 - BENEFICIOS PENAL. CONTRATUAIS	4.223,87	29.066,06
796 - REDUÇÕES AMORT. PROVISÕES	74.091,21	255,58
797 - CORREÇÕES RELAT. EXERC. ANTERIORES	14.076,55	14.213,06
798 - OUTROS PROV. GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	1.388.716,20	1.453.780,87
Total	1.526.130,55	1.539.824,39

8.3 Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução

8.3.1 Modificações do orçamento

8.3.1.1 Receita

Foram realizadas quatro revisões orçamentais.

Previsões iniciais	Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações	Previsões corrigidas
9 700 000,00	2 806 114,34	1 506 114,34	11 000 000,00

8.3.1.2 Despesa

Foram realizadas nove alterações e quatro revisões orçamentais.

Previsões iniciais	Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações	Previsões corrigidas
9 700 000,00	5 136 926,00	3 836 926,00	11 000 000,00

8.3.2 PPI

Foram realizadas nove alterações e quatro revisões orçamentais.

Previsões iniciais	Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações	Previsões corrigidas
3 700 000,00	896 000,00		4 596 000,00

8.3.3 Contratação administrativa

Mapa apresentado em separado e apenso às demonstrações financeiras.

8.3.4 Transferências e subsídios

8.3.4.1 Transferências correntes – Despesa

O valor das transferências correntes concedidas foi no valor em euros de 860.997,15.

Mapa apresentado em separado e apenso às demonstrações financeiras.

8.3.4.2 Transferências de capital – Despesa

O valor das transferências de capital concedidas foi no valor em euros de 204.336,84.

Mapa apresentado em separado e apenso às demonstrações financeiras.

8.3.4.3 Subsídios concedidos

Situação não constatada.

8.3.4.4 Transferências correntes – Receita

O valor das transferências correntes recebidas foi no valor em euros de 5.012.142,07.

Mapa apresentado em separado e apenso às demonstrações financeiras.

8.3.4.5 Transferências de capital - Receita

O valor das transferências de capital recebidas é no valor em euros de 977.970,48.

Mapa apresentado em separado e apenso às demonstrações financeiras.

8.3.4.6 Subsídios obtidos

Situação não constatada.

8.3.5 Aplicações em ativos de rendimento fixo e variável

8.3.5.1 Ativos de rendimento fixo

Programa FINICIA	Saldo Inicial	Entregas	Saldo Final
Ledout - Comunicação em Outdoors Digitais, Lda	1 500,00	1 500,00	0,00
Totais	**1 500,00**	**1 500,00**	**0,00**

Terminou o projeto FINICIA e foram recebidas todas as prestações.

8.3.5.2 Ativos de rendimento variável

Situação não constatada.

8.3.6 Endividamento

Informação exarada no Relatório de Gestão.

8.3.6.1 Empréstimos

Mapa apresentado em separado e apenso às demonstrações financeiras.

No empréstimo n.º 9015006771191, no valor de 2,5 milhões de euros contratados, realizados pela anterior empresa municipal e contraídos na CGD, informa-se que existe uma garantia real de hipoteca até aos montantes indicados, sobre os prédios registados na Conservatória do Registo Predial sob os números 11, 14, 23, 562 e 1324.

8.3.6.2 Outras dívidas a terceiros

Mapa apresentado em separado e apenso às demonstrações financeiras.

Através do art.º 303º da Lei n.º 114/2017 (que aprovou o Orçamento de Estado de 2018) a dívida do município, para o FAM, diminuiu para € 97 876,50 com pagamentos de divida vincenda em 2018 (€ 48 938,25), em 2019 (€ 32 625,50) e em 2020 (€ 16 312,75), pelo que a participação desta autarquia passou a ser de € 293.629,50, em vez dos 456.757,09 previstos quando foi constituído aquele fundo.